

CAPÍTULO I

MAIS UMA ETAPA DE UM CICLO DE VIOLÊNCIA SEM-FIM

Este capítulo foi construído em torno de uma *guerra de gangues* no Morro da Luz, cujo estouro se deu em meados do ano de 2017, durante minha incursão etnográfica. A partir principalmente – mas não somente – desse fenômeno, busco aqui contextualizar as dinâmicas sociais que caracterizam o cotidiano na comunidade. Explico, baseando-me tanto em cenas e narrativas colhidas por mim em campo quanto em materiais empíricos presentes na literatura, que a situação de confrontos cíclicos entre os vários grupos criminais atuantes na Luz se associa à percepção de que a ação policial na favela é muitas vezes truculenta e arbitrária e embasa uma representação socialmente compartilhada de que a realidade da Luz é análoga à vivência em uma *zona de guerra*. Abordo, enfim, as teorizações de Judith Butler acerca da valorização das vidas e das mortes em contextos de guerras nacionais e explico por que faz sentido lançar mão dessas teorias para analisar o cotidiano de uma favela brasileira.

I.1 UM MUNDO DO CRIME FRAGMENTADO

O funcionamento criminal em Belo Horizonte

O *mundo do crime* em Belo Horizonte é caracterizado por uma marcada pulverização: divide-se entre múltiplos grupos criminais de tamanho reduzido, conhecidos como *gangues*, com cerca de 10 a 12 integrantes, que dominam porções pequenas e contíguas das favelas e dos bairros pauperizados.³⁶ Essa configuração diferencia a capital mineira de outras realidades usualmente mais conhecidas no país, como a do Rio de Janeiro ou a de São Paulo, em que atuam grandes coletivos criminais.

³⁶ Zilli (2011a).

No Rio, o Comando Vermelho (CV, inicialmente denominado de Falange Vermelha) surge nos anos 1970, durante a ditadura militar, a partir da articulação, no interior do sistema prisional, entre presos políticos e presos comuns, que se mobilizam para resistirem aos maus tratos infligidos às pessoas privadas de liberdade no presídio de Ilha Grande. Posteriormente, nos anos 1980, surge o Terceiro Comando Puro (TCP) e nos anos 1990, o Amigos dos Amigos (ADA).³⁷ Tendo sempre como pano de fundo um forte discurso antiestado, as três facções crescem dentro e fora das cadeias fluminenses e competem entre si no mercado de drogas ilícitas e no domínio de territórios de pobreza urbana do estado do Rio de Janeiro. Além das facções, o crime fluminense conta também com a forte (e crescente) presença do que se convencionou chamar de milícias: grupos armados, ligados às polícias, que monopolizam mercados de bens e serviços (como gás de cozinha, sinal de televisão a cabo ou transporte), extorquem comerciantes instalados nesses territórios e atuam em oposição aos coletivos criminais de tráfico de drogas (ainda que, em alguns casos, assumam, eles mesmos, esses mercados).³⁸ Os bairros periféricos do Rio são, então, divididos em regiões dominadas ou pelo Comando Vermelho, ou pelo Terceiro Comando Puro, ou pelo Amigos dos Amigos, ou, finalmente, pelas milícias, configurando uma complexa realidade de pluralidade de ordens.³⁹

Em São Paulo, tem-se a hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC), que administra grande parte dos mercados ilícitos do estado, como o tráfico de drogas e o roubo de carros. Assim como as facções fluminenses, o PCC tem origem nas cadeias como uma forma de mobilização de presos frente ao degradado estado das unidades carcerárias. Diferentemente do CV, do TCP e do ADA, porém, o Comando paulista é grandemente fomentado por um evento específico, o chamado Massacre do Carandiru. Em 1992, diante de uma rebelião que se iniciava no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, o Batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu a unidade penitenciária em uma ação que resultou na morte de 111 detentos. Não por coincidência, o PCC se forma pouco depois e estabelece seu lema central de “paz entre os ladrões e guerra contra o sistema”.⁴⁰

Dessa forma, a facção passa a estabelecer normas de conduta nas cadeias, proibindo, por exemplo, a entrada e o consumo de crack e regulando a violência e os homicídios entre os presos. Consequência lógica das políticas de hipercarceramento de São Paulo, as periferias passam a contar com contingentes cada vez maiores de ex-presidiários. O trânsito entre cadeias e bairros pauperizados possibilita que o PCC se expanda rapidamente para as margens das cidades e altere o *modus operandi* do crime nas *quebradas*. Os conflitos agora são resolvidos a partir de uma configuração complexa, em que membros da facção instauram

37 Barcellos (2003).

38 Zaluar e Conceição (2007).

39 Arias e Barnes (2017).

40 Biondi (2010), Feltran (2018), Manso e Dias (2017).

julgamentos em que são apresentadas acusação e defesa e a sentença é proferida e executada imediatamente. Essa dinâmica – popularmente conhecida como *tribunal do crime* – regula as mortes não somente no universo criminal, mas nas periferias em geral. Hoje, a facção é um importante administrador da violência nos territórios paulistas de pobreza urbana, sendo, segundo alguns estudiosos, o principal responsável pela redução dos homicídios no estado de São Paulo a partir dos anos 2000.⁴¹

Em Minas Gerais, existe uma presença, por enquanto ainda tímida, de grandes facções, em especial nos municípios limítrofes com Rio de Janeiro e São Paulo. Destaca-se, nesse sentido, o PCC, que conta desde 2006 com alas específicas na Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, por exemplo.⁴² Além disso, Minas tem sido, mais recentemente, alvo de ações organizadas atribuídas à facção. No ano de 2018, foram reportados na mídia diversos ataques simultâneos ocorridos em quase 40 cidades do estado, a ônibus, a órgãos deliberativos e a delegacias.⁴³ Nenhuma ação dessa envergadura foi realizada no estado depois e ainda que a presença do PCC (e de facções cariocas, em menor proporção) não deva ser desconsiderada, o *crime* no estado e principalmente na capital se dá, até o momento, de forma muito predominantemente caracterizada pela presença das gangues de dimensão reduzida que competem entre si no mercado varejista de drogas e na demonstração de força e poder, em uma dinâmica de intensa rivalidade violenta. Periodicamente, esses coletivos se engajam em picos de conflito, nativamente conhecidos como *guerras de gangues*. As *guerras* não são confrontos simultâneos como a denominação pode fazer crer, mas são caracterizadas por sequências de homicídios, geralmente de caráter retaliatório, usualmente concretizados em formato de emboscada.⁴⁴ Nesse cenário, as mortes muitas vezes envolvem vizinhos, não raramente conhecidos desde a infância. Não é casualidade que o crescimento dos homicídios em Belo Horizonte e Minas Gerais se dê por um processo de implosão, em que apenas determinadas porções de território concentram quase que a totalidade das mortes.⁴⁵

Nas minhas experiências anteriores no Morro da Luz, eu nunca havia tido contato de perto com as *guerras de gangues*. É verdade que rumores sobre o assunto costumavam circular pela cidade: tiroteios, mortes, tensão. Também é verdade que em muitas outras situações na minha interação com esse contexto o assunto do *crime* e da violência se fez presente de forma mais ou menos intensa, mas sempre de maneira um pouco distanciada, como algo que ocorreu ou que ocorre com frequência, mas não que estivesse ocorrendo naquele exato momento

41 Feltran (2010a, 2010b, 2012).

42 Oliveira, Ribeiro e Bastos ([2017] 2018).

43 Stabile ([2018] 2020).

44 Rocha (2017).

45 Beato Filho (2003).

em que ali me inseria. Dessa vez foi diferente. Em setembro de 2017, estourou uma *guerra* entre duas das muitas gangues da Luz. Antes disso, no entanto, os enfrentamentos entre grupos criminais do bairro já haviam aparecido nos discursos dos sujeitos com quem interagi.

A favela como *locus* do perigo e a proposta de atividades na escola

Na primeira vez que visitei a escola que serviu como uma das minhas formas de acesso ao campo, me encontrei com Rosângela, a coordenadora pedagógica. Ela havia se oferecido para me mostrar o espaço do colégio e me apresentar aos professores. Enquanto caminhávamos pelo edifício, Rosângela me contava a função de cada sala. Eu buscava me abstrair do nível de ruído (típico de lugares cheios de crianças e adolescentes, mas com o qual eu já havia me desacostumado) e apreender os detalhes do lugar: o muro que havia sido grafitado pelos estudantes em um *projeto* desenvolvido no espaço escolar; a sala dos professores com paredes cobertas de cartazes que anunciavam notícias do Ministério da Educação; a cantina com duas mesas compridas e bancos posicionados lado a lado; o pequeno jardim que Rosângela esperava que fosse transformado em uma horta. Chegamos até a quadra, que estava bem conservada e trancada com um cadeado. Dentro, crianças que pareciam ter entre 6 e 8 anos de idade. Rosângela me falou que os professores trancam os alunos para que não “fujam” e para que os outros, de outras turmas, não se “infiltrem” e matem aula na quadra.

Enquanto Rosângela me descrevia a organização da escola, crianças corriam e colocavam os braços entre as grades em uma tentativa de conversar, aos gritos, com Caio, professor de educação física e morador da Luz, que estava conosco do lado de fora da quadra. Com 40 anos de idade, negro de pele clara e jeito de esportista, Caio é nascido e criado na comunidade e parece ser muito querido pelos alunos. Caio e Rosângela me explicaram a divisão de turmas por horários: pela manhã, das 7h às 11h30, funcionam 11 turmas com alunos de 11 a 14 anos de idade; à tarde, de 12h às 16h15, funcionam 13 turmas com alunos de 6 a 10 anos; e à noite, de 16h30 às 20h45, funcionam 5 turmas de 14 a 16 anos de idade. Sem que eu questionasse, Rosângela justificou os “horários esquisitos” das turmas noturnas (cujas aulas na verdade começavam no fim da tarde e terminavam mais cedo do que o usual) dizendo que a direção da escola havia identificado a necessidade de evitar que os estudantes saíssem da aula tarde da noite, porque seria, afirma, “muito perigoso”.

Seguimos para o segundo andar. No corredor, alunos que riam e conversavam entre si foram imediatamente repreendidos pela coordenadora pedagógica, que logo fez com que eles voltassem para as salas de aula. Lá de cima era possível ver melhor o muro – alto e coberto com arames farpados em forma de espiral – que circunda todo o perímetro da escola. As semelhanças com uma prisão eram,

para mim, gritantes. Descíamos novamente para o primeiro andar e Rosângela me contava que os sábados estavam sendo letivos, porque a escola estava repondo as horas de uma recém-findada greve de 112 dias de duração dos professores de escolas estaduais de Minas Gerais.⁴⁶ As aulas aos sábados, porém, não estavam fazendo muito sucesso nem entre os professores, que continuavam sem receber a integralidade dos salários, nem entre os alunos, que, compreensivelmente, preferiam fazer outras coisas nos fins de semana. Os conteúdos comuns, Rosângela comentou, não estavam sendo passados, e a diretoria havia sugerido a promoção de atividades “criativas” para despertar o interesse de todos. Mais especificamente, a escola havia construído uma proposta que teria início na semana seguinte e cuja ideia central era possibilitar que os alunos conhecessem “tipos de música que não o funk”, o que, segundo ela, foi uma sugestão do próprio corpo estudantil. Cada turma ficaria responsável por um ritmo e ao final do ano haveria uma apresentação que poderia ser tanto oral quanto cantada ou dançada.

Foi também nesse escopo da realização de “atividades diferentes” que eu me inseri e passei a me encontrar semanalmente, aos sábados, com três turmas de alunos de 12 a 14 anos de idade. Nas minhas experiências prévias com oficinas com crianças e adolescentes, eu havia percebido que ter um objetivo concreto facilitava o envolvimento dos participantes. Pensei, então, em criar um pequeno jornal sobre o Morro da Luz, o que, além de possivelmente interessante para suscitar debates sobre o território, poderia vir a ser um produto mais palpável dos encontros que teríamos. A proposta foi bem recebida pela diretoria da escola e pelos estudantes, que interrompiam uns aos outros com ideias sobre o que publicariam. Os encontros semanais, que chamamos de Sábados de Debate, tiveram início alguns dias depois da minha primeira visita ao colégio.

O mínimo para viver

Na primeira semana de Sábado de Debate, Rosângela me acompanhou até as salas de aula e me apresentou como alguém que estava ali para desenvolver um *projeto*. Em uma das turmas, uma aluna interrompeu a fala da coordenadora para perguntar “ela fala inglês?”, e eu respondi que não, que falava português. O meu corpo e a evidente diferença em relação aos corpos dos alunos – em termos de cor, de roupas, de *habitus*⁴⁷ – parecia ser em si mesmo alvo de curiosidade, o que também acontecia nos meus tempos de estagiária. Expliquei a ideia dos encontros semanais e disse que a proposta era a construção de um jornal sobre o Morro da

46 Os professores reivindicavam o cumprimento do acordo estabelecido anos antes, em 2015, de equiparação do piso salarial do estado ao restante do país, protestavam contra o parcelamento dos salários (os docentes, diante do agravamento da situação financeira do estado de Minas, não recebiam o salário completo no início do mês e sim parcelas do salário no decorrer das semanas) e faziam parte de uma mobilização nacional contra a tramitação da Reforma da Previdência.

47 Bourdieu (1983).

Luz. Afirmar que quem construiria o jornal de fato seriam eles, já que são eles que conhecem a realidade da comunidade, e perguntei o que achavam da ideia. Os estudantes, agitados como costumam ficar crianças e jovens diante de uma novidade que interrompe a já desgastada rotina escolar, responderam que gostaram da proposta, e realmente pareciam ter se interessado.

Rosângela havia me falado que, por uma questão de disciplina, pediria que os professores estivessem comigo em sala de aula. Eu tentei convencê-la de que aquilo não era necessário, mas ela afirmava repetidas vezes que a presença dos docentes era fundamental. Um pouco frustrada, acabei cedendo. Com o passar do tempo, eu viria a conseguir administrar os encontros com os alunos sozinha, mas nas primeiras semanas estive acompanhada por diversos professores. Em uma das turmas, a professora de artes, Carla, perguntou se também poderia participar da oficina, e eu disse que sim. Carla tinha idade aproximada de 55 anos, pele e cabelos brancos, usava roupas estampadas e coloridas e longos colares de missanga. A primeira impressão que eu havia tido dela, formada quase que instantaneamente quando Rosângela nos apresentou alguns dias antes, era a de que se tratava de uma pessoa progressista, alternativa. Mas eu estava equivocada.

No primeiro dia, propus atividades para que nós nos conhecêssemos. Depois de uma dinâmica de grupo inicial, em que cada um escreveu três características próprias em um pedaço de papel e a turma tentou adivinhar de quem se tratava, demos início à segunda atividade. Agora os estudantes se dividiriam em grupos de 3 ou 4 para pensarem em hábitos ou gostos que têm em comum. Assim como possivelmente aconteceria com qualquer outro grupo de jovens da mesma faixa etária, os tópicos mais comuns eram “comer”, “beijar” e “assistir à Netflix”. Ao conversarmos com a turma toda sobre o que cada grupo havia elencado, uma garota, Carol, passa a descrever um filme que tinha visto recentemente na Netflix, chamado “O mínimo para viver”.⁴⁸ Negra, com 14 anos de idade, alta, magrinha e de cabelos crespos amarrados em um rabo de cavalo, Carol participava das oficinas com um entusiasmo contagiante. Ela conta, visivelmente impressionada, que a personagem principal do filme sofria de anorexia, não comia quase nada e quando atingiu um estágio crítico em que corria risco de vida, teve que ser internada em uma instituição especializada em casos de transtornos alimentares. Nessa instituição, Carol afirma, a personagem se vê diante de uma série de adversidades, mas consegue, enfim, se recuperar e voltar a comer. A turma toda acompanhava, com olhares atentos, o relato descritivo que a colega fazia do filme. Carol destaca, ainda, que a personagem tinha problemas na relação com a mãe e uma questão de “identidade de gênero mal resolvida”.

Nesse momento, Carla intervém: “esse tema é muito importante, hoje em dia tudo é considerado normal”, mas “não é só porque uma coisa é comum que

48 O filme “O mínimo para viver” (no original em inglês, “To the bone”) é um drama estadunidense de 2017 que retrata as dificuldades e superações de uma jovem anoréxica e seu tratamento em uma clínica de reabilitação dirigida por um médico pouco ortodoxo.

essa coisa é normal”, e afirma considerar um absurdo ver “casais homossexuais se beijando em plena luz do dia”. A fala de Carla era afetada e rápida, com pouco ou nenhum intervalo para qualquer resposta da minha parte ou da dos estudantes. Ela continua, comentando que a filha, de 17 anos, também “achava tudo normal”, mas “ai da minha filha se enveredar por esse caminho”. Eu me sentia cada vez mais constrangida e até mesmo surpresa diante do prolongado pronunciamento homofóbico da professora em sala de aula. A primeira impressão que eu havia tido dela era muito diferente das palavras que saíam com tanta rapidez de sua boca.

Antes que eu pudesse formular uma resposta (eu estava tentando construir uma forma de colocar em xeque aquela opinião sem entrar em uma disputa por autoridade na frente dos adolescentes), muitas das meninas que participavam da oficina conseguiram, por fim, interromper o discurso da professora. As garotas discordam do que Carla falava e argumentam que homossexualidade é normal, sim, e que muita gente, por sofrer preconceito em casa, não “sai do armário” e vive infeliz. A professora então afirma, ao contrário do que havia dito minutos antes, que se a filha “fosse por esse caminho”, o “amor incondicional de mãe” faria com que ela fosse “obrigada a aceitar”. Uma das alunas discorda mais uma vez e diz que se tivesse uma filha lésbica, não seria “obrigada a aceitar”, tampouco iria “acabar aceitando”, mas que agiria com naturalidade e acolhimento desde o início. Esse parecia ser um posicionamento comum a todas as meninas da sala. Já os meninos demonstravam não ficar tão confortáveis com o assunto. Um deles comenta, em voz baixa (mas alta o suficiente para que eu pudesse ouvi-lo), que “sente nojo de pensar em beijar outro homem”. A predominância, no entanto, era a de um posicionamento mais progressista em termos de gênero e orientação sexual, diferentemente do que acontecia com jovens da mesma favela quando eu era estagiária, apenas cinco ou seis anos antes.

Encerrado o debate, passamos a elencar possíveis ideias para publicarmos no jornal. As sugestões, nessa e nas outras duas turmas, eram muitas e variadas. Os jovens queriam escrever receitas de comida e elencar “roupas e sapatos da moda”, publicar colunas com recomendações de filmes, séries, músicas e livros, fazer uma crítica jornalística sobre a qualidade da merenda na escola, divulgar fotografias autorais da comunidade, falar sobre uma ONG que teria seu funcionamento interrompido por falta de verba, separar uma parte do jornal para “frases inspiradoras” e outra para “histórias de vida de moradores mais velhos”. Sugeriram também falar sobre transexualidade e divulgar no jornal a ideia de fazerem um grupo de conversa sobre depressão na hora do recreio. Alguns já começavam a pensar em manchetes: “Idosa não recebe aposentadoria”, “Idoso recebe 10.000 reais de FGTS”, “Oportunidade de emprego”.

“Tráfico de drogas comanda o Morro da Luz” e “O que está acontecendo com os jovens?” foram os títulos sugeridos para uma matéria que discutiria a intensidade do uso e da venda de drogas na favela e descreveria a forma como os jovens envolvidos com o tráfico controlam os moradores. Em meio a temas

tão distintos, mas que, de uma maneira ou de outra, atravessavam intensamente o dia a dia dos estudantes, Carol retoma o assunto do filme que tinha descrito pouco antes: “e se a gente chamasse o jornal sobre o Morro da Luz de ‘O mínimo para viver’?”.

Nas semanas seguintes, as ideias de temas a serem tratados no jornal continuavam a surgir e o envolvimento dos estudantes era visível. Sugeriam falar sobre jogadores de futebol que tinham crescido em periferia, sobre as festas que acontecem na favela (as chamadas *resenhas*), sobre uma reforma da escola que estaria custando “muito dinheiro aos cofres públicos”. Levantaram também o tema da lida com a polícia. “O policial bacana e o policial ruim” foi o título sugerido para uma matéria que argumentaria que “alguns policiais são educados e sabem conversar”, mas outros são “agressivos com pessoas inocentes”. Mais do que qualquer outro assunto, porém, os estudantes diziam querer escrever sobre o *crime*, os tiros e a realidade da vida em um território dominado por gangues rivais.

A zona de guerra

Os estudantes mencionavam, com alguma frequência, que viviam em um território *dividido* e chamavam a atenção para os efeitos que essa divisão tinha em suas vidas: “temos que falar do tráfico”, “o Morro é dominado pelo crime”, “vamos escrever sobre as guerras entre as gangues”. Em uma das oficinas, dois alunos particularmente participativos, Júlio e Jáder – ambos negros de pele clara e com 14 anos de idade – empenharam-se em me explicar o funcionamento das gangues na favela, ainda que eu não tenha, em nenhum momento, perguntado sobre o assunto ou sequer mencionado nada nesse sentido durante a minha fala. Os estudantes pareciam pressupor, com razão, que eu sabia pouco sobre a realidade da Luz e adotavam uma postura didática na tentativa de me fazer entender melhor a vida na favela.

Em dado momento, Júlio levantou-se e foi ao quadro explicar como funciona o crime no Morro. Desenhou uma espécie de mapa da favela e falou que a organização se dá por boca e que os nomes das gangues são os nomes das ruas em que elas ficam. Disse que em frente à sua casa tem uma e que ela já guerreou com a gangue da rua da casa do Jáder, outro menino da turma de quem Júlio é muito próximo. Durante essa guerra, ele descobriu uma bala dentro de casa. (Diário de campo, oficina com estudantes, agosto de 2017).

O emprego da chamada metáfora da guerra vem sendo analisado e posto em questão já há algumas décadas. Márcia Leite,⁴⁹ em um trabalho pioneiro, demonstra como a noção de “cidade violenta” foi construída no Rio de Janeiro e como essa representação, que viria a ser associada à ideia de “cidade partida”, de “cidade em guerra”, abriu espaço para se pensar que o Rio vivia um estado de exceção. Como consequência, a narrativa que buscava pensar em abordagens preventivas para a lida com o problema da segurança pública enfraquece progressivamente, por um lado, e, por outro lado, a ideia de que a violência deve ser combatida violentamente (e de que os alvos desse combate devem ser as “classes perigosas”) ganha força em diversos estratos da sociedade, principalmente nos setores médios e altos. Mas é claro que essa noção não é compartilhada por todos: alguns grupos, em especial militantes ligados a movimentos sociais de favelas e aos direitos humanos, denunciavam como problemática a ideia de guerra para se pensar a cidade, uma vez que essa metáfora serviria como dispositivo legitimador do uso da força bruta pelo estado contra populações marginalizadas. Esses setores, então, escolhem empregar outros termos, como “massacre” ou “genocídio”, para caracterizar o que se passa no país, principalmente no Rio de Janeiro, e para colocar em evidência, assim, que essa “guerra” teria como inimigo uma população específica – a juventude pobre, periférica e negra – e, portanto, um caráter político.

Carolina Grillo argumenta que, apesar da diferença de posicionamentos entre as partes, todas essas metáforas – a da guerra, de um lado, e as do genocídio e massacre, de outro – “partilham uma crítica à incapacidade do Estado em mediar os conflitos sociais por meio da oferta de segurança e de proteção social, culminando em uma ruptura com o pacto civil/civilizatório”.⁵⁰ Grillo ressalta, então, que “de um ponto de vista, a primeira metáfora justifica o uso da força exacerbada porque a obediência à lei precisa ser reestabelecida e, de outro, as outras duas denunciam a ilegitimidade do uso da força pelo Estado”.⁵¹ Esse campo simbólico está relacionado a uma disputa sobre o que é violência e sobre quando a violência é legítima. Nesse embate, a autora se junta a Machado da Silva e a Misse⁵² na crítica à noção de violência urbana como forma de diagnóstico do que se passa nas grandes cidades do país. A violência urbana, defendem esses autores, seria mais bem compreendida se vista como uma representação, isto é, como uma ideia socialmente construída utilizada para designar ações ameaçadoras perpetradas por sujeitos específicos, em geral traficantes de drogas, que confrontariam uma sociedade supostamente civilizada. Essa separação entre uma sociedade tida como funcional e um grupo tido como desviante, entretanto, não pode ser verificada empiricamente, tampouco pode-se afirmar que a violência é

49 Leite (2001).

50 Grillo (2019, p. 63).

51 Id. *ibid.*, p. 63.

52 Machado da Silva (1993, 1999, 2004, 2008a), Misse (2006, 2016).

originária de traficantes em territórios marginais, mas sim historicamente entrelaçada às distintas dinâmicas sociais dos variados estratos da população brasileira e das populações latino-americanas como um todo (embora conte de fato com novas roupagens e dinâmicas nas últimas décadas).⁵³

A guerra, defende Grillo, também deve ser assim pensada: trata-se de uma interpretação, que vem se tornando progressivamente mais dominante, sobre a situação de agravamento da complexidade e da intensidade da insegurança no cenário brasileiro, principalmente no carioca. A situação atual seria marcada, segundo a autora, por uma insuficiência da ideia de violência urbana para representar as dinâmicas que se estabelecem no Rio de Janeiro e pela sua substituição pela noção agravada de guerra, também problemática por fundamentar uma atuação ainda mais violenta dos aparatos repressivos do estado contra a parcela pobre e periférica da população. É nesse cenário que a intervenção do exército nas favelas cariocas em 2018 se torna socialmente plausível.

No Morro da Luz (e em muitos outros bairros pauperizados de Minas Gerais) não atuam megafacções criminais, tampouco se desenvolvem, nesses locais, cinematográficas intervenções do Exército Brasileiro como política pública de contenção da criminalidade. Isso não impede, contudo, que os territórios mineiros de periferia urbana sejam entendidos (tanto interna quanto externamente) como *zonas de guerra*. O que embasa esse entendimento é a marcada instabilidade produzida pela coexistência entre gangues rivais e pelas frequentes operações policiais nos bairros marginalizados. É nesse sentido que a ideia de *guerra* é também aqui, em um contexto distinto da realidade fluminense de que falam Márcia Leite e Carolina Grillo, evocada para descrever a vida na favela.

Entre a trégua e o conflito

A rivalidade violenta entre as gangues cria relações de antagonismo e inimizade entre grupos de jovens pertencentes ao *mundo do crime*. Se a própria concorrência no mercado ilegal de drogas é um dos elementos que compõem essa dinâmica, ela nem sempre é o mais importante.

Geralmente essas guerras começam por coisas, xingamento que não gostou, mas essa *guerra*, ela gera espanto. Por quê? O famoso um tá engasgado com o outro porque matou o irmão, porque matou o primo, então qualquer coisinha já vira, incomoda. Então é a *tolerância zero*, porque se aquele cara lá falar qualquer coisa eu vou lá, então é uma situação, são várias facções, são várias pessoas

53 Briceño-León (2002).

envolvidas, são várias cabeças pensando, então elas não pensam iguais. Então é como se fosse, vou falar assim, hoje é considerada empresa, contratam, mas a demissão deles é diferenciada, a demissão deles é “você não tá trabalhando bem você vai ser demitido”, pá [imita barulho de tiro]! [...] Então o que acontece? Esse cara que foi eliminado tem irmão, tem parente, esse irmão fica doido e fica aquela coisa, é uma bola de neve, uma *bola de neve que já vem há vários anos*. (Entrevista com Caio, professor/morador, em abril de 2018, ênfases minhas)

Conflitos em torno de times de futebol, disputas por mulheres ou desentendimentos entre famílias podem alimentar a rivalidade entre grupos e intensificar o caráter identitário do pertencimento às gangues. Muitas vezes, jovens se engajam em conflitos que tiveram início antes mesmo de eles nascerem e que foram transmitidos de pais para filhos, de tios para sobrinhos, em um atravessamento geracional das relações de rivalidade na favela. Um aspecto fundamental do conflito urbano no Morro da Luz é, então, seu caráter cíclico. As dinâmicas retaliatórias que alimentam a rivalidade entre gangues e as intervenções policiais muitas vezes truculentas que se produzem principalmente (mas não somente) em períodos de *guerra* induzem uma sensação de imprevisibilidade na população.

Pedro, 35 anos, de pele clara e cabelos pretos, é formado em Psicologia e coordenador de um dos CRAS do Morro da Luz. Com uma voz calma e um ritmo lento de fala, ele busca me explicar, enquanto tomávamos café em uma sala ampla do segundo andar da edificação, como se dá a dinâmica do *crime* na Luz e a forma como ela impacta a vida dos moradores e trabalhadores da favela:

Mas, assim, né, pelo que a gente ouve das pessoas, esses conflitos, *essa zona de tensão, ela nunca acaba, ela nunca acaba*, porque está sempre em alerta, né. Parece que tem períodos em que as coisas se apaziguam, se ajeitam um pouco, cada grupo encontra o seu ponto de venda, a sua, aquela paz momentânea. Nesses cinco anos que eu tô aqui, a impressão que a gente tem é que a qualquer momento, não há, uma... está sempre tensionado, e a qualquer momento essa tensão, ela... explode. (Entrevista com Pedro, coordenador do CRAS, em dezembro de 2017, ênfase minha)

O caráter cíclico dos enfrentamentos entre grupos criminais tem como uma de suas consequências, portanto, uma divisão do cotidiano da favela em dois momentos: um de trégua, em que se espera o estouro do próximo conflito armado, e

um de conflito armado, em que se anseia pela próxima trégua. De fato, tanto em minha trajetória prévia no Morro da Luz quanto na minha incursão etnográfica para o trabalho doutoral, os discursos dos meus interlocutores eram muitas vezes permeados pela percepção de que o embate entre gangues, se não estava acontecendo naquele momento específico, viria a acontecer a qualquer hora.

As situações de violência não terminam quando tem fim o ato violento, mas reverberam através de conversas, boatos, fofocas, construção e reprodução de histórias (sobre outras guerras, sobre gangues especialmente cruéis, sobre torturas) e, principalmente, pela manutenção do medo, em um processo de repetição da violência e perpetuação dos efeitos dessa violência, semelhante ao que Geovani Jacó de Freitas⁵⁴ denominou, a partir de seu trabalho em bairros periféricos de Fortaleza, de “ecos da violência”.

O eco é um som que é repetido e cuja repetição, apesar de ser claramente baseada em um som original, não é deste uma reprodução totalmente fiel. Quando o termo é usado para caracterizar vivências de moradores de territórios urbanos de pobreza, o que está sendo evidenciada é a produção de rumores decorrente de episódios de violência, “ou seja, as falas que propagam a situação, agregando à sua propagação novos significados que irão resultar em múltiplas apropriações do que o evento poderá vir a significar”.⁵⁵

No Morro da Luz e em muitos bairros pobres de Minas Gerais, os “ecos da violência” configuram uma sensação compartilhada de que qualquer alívio é momentâneo e de que qualquer trégua pode ser abruptamente interrompida por mais um conflito de gangues, por mais uma intervenção truculenta da polícia, por mais uma punição a moradores que não agem conforme o desejado pelos *meninos* (forma com que os moradores da favela usualmente se referem aos traficantes de drogas do território). É com essa situação como pano de fundo que os sujeitos estabelecem – de maneiras mais ou menos conscientes e mais ou menos intencionais – a forma como se comportam no dia a dia do Morro da Luz. Não é por acaso que tenha sido a presença de gangues e os ciclos de retaliações violentas entre elas o principal tema sugerido pelos jovens para a escrita do jornal. Na Luz, as relações e as ações dos sujeitos são moldadas pela percepção socialmente compartilhada de que vivem em uma *zona de guerra* em que a violência é iminente.

A constante avaliação moral de sujeitos e ações

A perene tensão de se viver em uma *zona de guerra* alimenta uma crença generalizada de que todos estão sendo constantemente monitorados na favela. Não foram poucas as vezes que escutei que “os *meninos* sabem tudo” ou que me

54 Freitas (2003).

55 Paiva e Freitas (2015).

disseram que qualquer pessoa que adentre o morro da Luz é observada e registrada pelo *crime*. “Os *meninos* já sabem quem é você, professora”, me diziam os estudantes nos nossos encontros. Trabalhadoras do Centro de Saúde e funcionários do CRAS reforçavam: a partir do momento em que eu passo a frequentar favela, sou também vigiada (e no meu caso, talvez até mesmo protegida, me diziam) pelos traficantes. Aqui não importa a definição do que de fato sabem os *meninos* ou se há ou não um exagero ou uma paranoia coletiva compartilhada pelos moradores e trabalhadores da favela. O que importa para a presente pesquisa são os efeitos que essa sensação provoca nas vidas e sociabilidades dos que frequentam ou moram na comunidade. A percepção de que se trata de um território de *guerra* em que inclusive atuam serviços similares aos de espionagem tem consequências importantes no dia a dia do Morro da Luz.

Assim como Grillo,⁵⁶ opto por pensar a *guerra*, portanto, como representação (evocada pela população de forma geral, mas principalmente pelos moradores do Morro) e a não me ater à definição – impossível – se há de fato um estado de *guerra* na favela. O que me importa, então, é como a situação é vivenciada por aqueles sujeitos que com ela lidam em seu cotidiano. Se o emprego da noção de *guerra* é recorrente, se é assim que essas pessoas com as quais interagi durante todo esse tempo representam suas experiências diárias e se é, então, também a partir dessa representação que muitas de suas ações são moldadas e interpretadas, faz sentido buscar compreender as dinâmicas sociais que ali se estabelecem a partir desse marco. No caso da Luz, o cotidiano é marcado por uma tensão eterna que é representada, com frequência, pela noção de *guerra* e que atua como um eco da violência,⁵⁷ causando efeitos nas sociabilidades e possibilidades dos atores que vivem e convivem na favela.

Fenômeno semelhante – embora, obviamente, guardadas as devidas proporções e particularidades – foi abordado por Palloma Menezes⁵⁸ em seu trabalho etnográfico conduzido em duas das favelas em que foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro (Santa Marta e Cidade de Deus). Ela argumenta que os territórios, antes marcados por operações policiais que resultavam em confrontos violentos entre tráfico e polícia, passam a conviver com a presença constante tanto dos traficantes quanto dos policiais comunitários. Embora os tiroteios tenham diminuído com o advento das UPPs, a sensação reportada pelos moradores não era necessariamente de tranquilidade, mas de incerteza sobre como agir. Os repertórios criados durante anos já não faziam mais sentido, já não se aplicavam à nova realidade, e era necessário entender as dinâmicas sociais que agora se construíam.

56 Grillo (2019).

57 Freitas (2003), Paiva e Freitas (2015).

58 Menezes (2018).

Com o passar do tempo, a nova configuração societária das comunidades desencadeou, sustenta Menezes, um aumento e uma variação do uso de dispositivos de vigilância: câmeras nas ruas, fofocas, vias de denúncia, registros feitos e divulgados por qualquer pessoa que tenha um celular etc. Nesse contexto, instaura-se nos moradores a sensação de que suas mais mínimas ações cotidianas estão sendo avaliadas. Consequentemente, fabrica-se “uma espécie de imperativo de realização constante de antecipações”,⁵⁹ um “panoptismo generalizado” que, “instituído pelos dispositivos de vigilância, é um processo de internalização da repressão na qual o ator, por antecipar a visibilidade de seus próprios atos a partir da captura do olhar do outro, remodela suas ações”.⁶⁰ O que acontece é que os moradores estão permanentemente desenvolvendo estratégias para que não sejam vistos pela UPP como aliados ao tráfico e não sejam identificados pelo tráfico como simpáticos à polícia e, portanto, possíveis delatores: é o que a autora chama de regime de campo minado.⁶¹ Com contornos certamente distintos e com outros mecanismos de perpetuação, a sensação de que um movimento equivocado pode gerar consequências violentas é também presente no Morro da Luz e intensificada em momentos de conflito entre gangues.

Caio (o professor de educação física) me relata um evento corriqueiro que ilustra essa administração cuidada do dia a dia da vida em um “campo minado”. Ele havia chegado atrasado para nossa entrevista e me explica que estava lidando, nos últimos dias, com carros que param em frente à garagem de sua casa, impedindo que ele saia para trabalhar. Caio opta, então, por ir de moto e deixar o carro em casa. Essa escolha não se deveu somente à pressa que tinha para chegar à escola ou ao fato de que a moto era pequena o suficiente para passar pelo espaço que sobrava entre a garagem e o carro que estava estacionado, mas fez parte de um processo de evitação de mal-entendidos. Caio me explica que estava com “a proposta de ligar para um reboque”, mas que iria, antes, avisar os *meninos* da boca: “Minha ideia é chamar o reboque e com o reboque vem a polícia, mas antes disso que eu vou fazer? ‘Aqui, ó, tô chamando por isso, por isso e por isso’”. Uma atitude banal como a de ligar para o guincho passa a envolver um planejamento estratégico. Fátima, estagiária de educação física e moradora do Morro da Luz, também participava da conversa que tínhamos em uma das salas da parte administrativa da escola e afirmou, em concordância com a atitude cuidadosa de Caio, que o contexto é perigoso, “para tudo tem que pensar duas vezes”.

Em Belo Horizonte, o “campo minado” não é formado por policiais da UPP que desconfiam de pessoas associadas às grandes facções e vice-versa, mas por pequenas gangues que dominam porções contíguas da favela e pela atuação mui-

59 Id. *ibid.*, p. 213.

60 Id. (2015, p. 8-9).

61 Id. (2018).

tas vezes truculenta da polícia.⁶² A convivência permanente entre grupos rivais produz um cenário de suspeição generalizada em que informações de um grupo podem ser transmitidas a outro ou à PM, que, por sua vez, frequentemente também age com brutalidade em relação a moradores envolvidos ou não no *mundo do crime*.

1.2 A ESCALADA DA TENSÃO E AS MORTES MAIS OU MENOS CHORADAS

Os tiroteios sem vítimas

Ainda que o fato de se viver em uma *zona de guerra* atravessasse as vivências, os comportamentos e as relações no Morro da Luz, identificar com precisão o exato momento em que se inicia uma *guerra de gangues* é uma tarefa mais complicada do que pode parecer: a *guerra* se forma aos poucos. Os primeiros indícios do conflito de setembro de 2017 ocorreram dois meses antes, em julho daquele ano, quando as gangues se engajaram em intensos tiroteios. Nesse período, a sensação de apreensão dos moradores – que nunca deixa de se fazer presente no Morro da Luz – foi significativamente agravada. Boatos sobre enfrentamentos violentos e sobre supostos toques de recolher circulavam no WhatsApp e amedrontavam a população. O sentimento generalizado era o de que não se sabia muito bem quais rumores eram verdadeiros e quais eram falsos. Parecia ser consenso, porém, a constatação de que o cuidado deveria ser intensificado. Pais e responsáveis foram buscar as crianças antes do horário nas creches e escolas e Centros de Saúde encerraram as atividades uma hora mais cedo.

Curiosamente, até meados de agosto, as trocas de tiros, embora frequentes, não produziam vítimas. A situação me parecia quase inverossímil: como é possível que grupos de jovens armados localizados em territórios contíguos troquem tiros durante várias noites e ninguém seja ferido? Júlio, um dos garotos que haviam me explicado o funcionamento do *crime* no Morro da Luz através de um desenho de um mapa da favela, também ilustra essa questão. Ele comenta que as gangues muitas vezes trocam tiros sem o objetivo de atingir ninguém, “é tipo a Guerra Fria, professora”.

O mesmo fenômeno me havia sido relatado por Amanda, uma assistente social de 34 anos e pele morena (de um tom que em quase qualquer outro lugar seria considerado negro, mas que dificilmente entraria nessa categoria no Brasil) que havia trabalhado no Fica Vivo! do Morro da Luz durante muitos anos. O Fica Vivo! é um programa que visa à redução dos homicídios nas áreas mais violentas do estado de Minas Gerais. O projeto se apoia em dois eixos: o Grupo

62 Beraldo (2021a).

de Intervenção Estratégica, formado pela Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e juízes, que deve investigar e prender os principais líderes do tráfico de drogas das comunidades, e o Grupo de Proteção Social, formado por profissionais com formação em Ciências Humanas e “oficineiros”, que tem como objetivo oferecer possibilidades aos jovens fora do tráfico e facilitar a resolução de conflitos através do diálogo e não da violência.⁶³ Amanda, é claro, havia integrado o segundo eixo.

A Luz, ela é muito grande, gigantesca, e isso refletia demais nos grupos. Eu lembro que você tinha vilas que tinham dois ou três grupos assim, e eu ficava impressionada como que os meninos tinham uma circulação super-reduzida, era muito difícil trabalhar isso com eles. E como era diferente essa questão dos grupos! Eu lembro que ali na Vila Flor tinha um grupo chamado Abóboras que eu ficava impressionada com a organização deles. Você conseguia avaliar que tinha as hierarquias, os cargos superdefinidos, o que que cada um fazia... coisa que às vezes você não via em outras partes do Morro... Quando a gente ia lá pro Vila Anoitecer, lá pro Petrópolis, lá tinha o grupo, e você [até] conseguia ver as divisões dos cargos principais, tinha o que era o dono, você via que tinha o gerente, que tinha o contador, mas que, passava disso, era uma bagunça. Quando eu entrei na Luz, tinha um *acordo de paz*, diziam que tinha um acordo de paz, que era entre o Abóboras, o pessoal do Vila Anoitecer e o pessoal do Coquinho, e eu acho que isso se reflete muito lá, porque eu lembro que lá quando tinha conflito, guerra, *eles não matavam ninguém*, ninguém morria na Luz, eu ficava, assim, impressionada, *era tiro o dia inteiro, mas não se matava*. (Entrevista com Amanda, 34 anos, ex-trabalhadora do Fica Vivo!, em novembro de 2017, ênfases minhas)

Em um primeiro momento, os tiroteios sem vítimas apareceram como uma incógnita para mim. Eu não conseguia entender como aquilo ocorria e menos claro ainda era o motivo por trás do fenômeno. Com o passar do tempo, os efeitos das trocas de tiros se tornavam um pouco mais evidentes. O tiroteio sem vítimas não poderia ser explicado como um ato sem sentido, tampouco poderia ser reduzido a um simples prazer advindo dos sons altos emitidos pelas armas de fogo dos garotos (embora possivelmente haja um sentido de gozo associado à belicosidade

63 Beato e Silveira (2014).

dessas ações), mas parecia, antes, funcionar como uma advertência: a depender do que acontecesse nos próximos dias, os conflitos violentos teriam início.

O aviso tinha dois objetivos: o primeiro e mais óbvio, o alerta se direcionava à gangue rival, que deveria reconhecer a capacidade de destruição do oponente, e o segundo, mas não menos importante, a mensagem precisaria atingir a comunidade como um todo, que, diante da evidência do potencial violento dos grupos, deveria redobrar a atenção investida nas mínimas ações cotidianas a fim de evitar qualquer represália. Júlio tinha sido preciso quando propôs a Guerra Fria como analogia explicativa das trocas de tiro sem intenção de ferir o rival no Morro da Luz: assim como a relação entre Estados Unidos e a então União Soviética depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a situação na Luz configurava-se em dois polos opostos que competiam entre si na demonstração de força e poder de influência, e a tensão aqui também era advinda do consenso de que o enfrentamento de fato entre os dois grupos poderia ter consequências catastróficas não somente para aqueles diretamente envolvidos ou pertencentes aos polos, mas para todos. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na Guerra Fria, o enfrentamento entre os grupos veio a se concretizar no Morro da Luz (nessa e em outras tantas vezes).

O transbordamento da violência

O clima de apreensão foi agravado a partir da morte de um jovem de 17 anos em uma emboscada que contou com a participação de 15 homens. Informações sobre esse jovem não eram fornecidas pela mídia e sua morte tampouco foi comentada pelos meus interlocutores. Dois dias depois, em 30 de agosto de 2017, circula a notícia de que uma mulher havia sido torturada na praça central da favela. Vi em uma reportagem televisiva que se tratava de uma jovem de 18 anos que fora espancada e, como é comum em vítimas mulheres desse tipo de retaliação,⁶⁴ tivera os cabelos cortados à força por *bandidos*. A mulher, depois de ter mãos e braços quebrados, teve uma arma apontada para a cabeça. Testemunhas ligaram para a polícia, que chegou ao local a tempo de evitar que algo pior acontecesse. As vozes que anunciavam a notícia enfatizavam a ação da PM na comunidade e o combate ao comércio de drogas ilícitas: “cinco homens e três adolescentes foram detidos”, “arma e 125 pedras de crack foram apreendidas”.

Na favela, as explicações para o ocorrido eram várias: diziam que a jovem estaria passando informações sigilosas entre gangues rivais; que ela teria feito denúncias à polícia (e seria então classificada como X9); que ela estaria transitando na área dominada pela gangue rival àquela que domina a parcela da favela em que reside; ou, ainda, que ela teria se envolvido sexualmente com membros de dois

64 Beraldo (2021b).

grupos criminais distintos. Em uma reportagem particularmente sensacionalista sobre a situação do Morro da Luz, uma moradora explica a tortura infligida à mulher: “ela apronta, fala o que não deve, usa droga, fica pra lá e pra cá”. As situações se somavam e a percepção de que se tratava das fases iniciais de mais uma *guerra de gangues* era cada vez mais reforçada. Mais e mais bombas compunham o terreno do “campo minado” da favela.

No dia 14 de setembro, dois integrantes de gangues do Morro da Luz são baleados, mas sobrevivem. Os dois são levados a hospitais para tratar dos ferimentos e quando se recuperam, são presos (já havia mandado de prisão para ambos por crimes anteriores). Agora não há mais espaço para dúvida. Tratava-se, definitivamente, do estouro de uma *guerra*. O clima de extrema tensão gerado pela *guerra* impunha certa artificialidade à vida na favela. Os ônibus alteravam o percurso para evitar o encontro com policiais (que possivelmente revistariam todos os passageiros) e, em alguns momentos, deixavam de passar pelas ruas em que funcionavam as bocas de fumo das gangues envolvidas no atual conflito. As muitas lojas da favela – de roupas, eletrônicos, utilidades domésticas etc. – continuavam funcionando, mas as pessoas passavam apressadamente pelas ruas e o burburinho que antes se ouvia nas partes da comunidade em que se concentra o comércio teve seu volume reduzido. Os moradores continuavam saindo para trabalhar e a vida seguia seu curso, mas o medo parecia marcar cada movimento, cada olhar e cada palavra.

O estouro do conflito e o (novo) risco envolvido em escrever um jornal

O estouro da *guerra* em setembro de 2017 parece ter interrompido a espontaneidade com que os alunos falavam sobre suas vidas. Ao mesmo tempo que a *guerra* fazia com que fosse difícil pensar e debater qualquer outro assunto, ela também intensificava a sensação de que era preciso criar estratégias para evitar reprimendas violentas. A *eterna zona de tensão* de que falava Pedro era agora ainda mais palpável.

Os estudantes ainda falavam da importância do *crime* no Morro e da frequência dos tiroteios, mas o envolvimento já não era mais o mesmo. As falas agora aconteciam em um tom de voz mais baixo, os exemplos pessoais já não eram mais abordados e os nomes das gangues tampouco eram mencionados. O clima de tensão tinha se agravado e era facilmente identificado nas expressões faciais dos alunos. Em um dado momento, Jäder interrompe a discussão e finalmente explicita o que até então estava somente subentendido, “acho que é perigoso escrever sobre isso”. Jäder afirma ter medo de que “eles” fossem à escola. Pergunto, quase automaticamente: “eles quem?”. “Eles, professora”, Rita, uma garota que sempre participava das discussões, responde com o tom irônico muitas vezes presente nas suas colocações, “o termo *traficante* não pode ser mencionado”. Ela estava sempre

produzida, com o cabelo escovado e maquiagem surpreendentemente bem-feita para quem estava assistindo à aula às 7 horas da manhã de sábado. A ironia denotava que Rita percebia um caráter cômico no receio de Jáder, mas que ao mesmo tempo concordava que era melhor evitar problemas.

Eu escutava atentamente o que diziam os jovens e me vi também tomada por uma apreensão, por uma impressão de que aquele jornalzinho sobre o qual conversávamos nos últimos meses poderia acarretar consequências graves, provavelmente não para mim, mas para os adolescentes e até para os professores da escola. O estouro da guerra mudava os parâmetros que organizavam as relações sociais: o que antes não causava tanto medo era agora objeto de um cuidado pautado no temor da retaliação, e essa retaliação, no limite, significava a morte. Chegamos à conclusão de que não valeria a pena escrever sobre o assunto no jornal, mas a retirada do tema fez com que a animação até então presente fosse imediatamente abalada. Se não fosse para escrever sobre isso, o jornal já não fazia mais sentido. Concluímos, em conjunto, que não faríamos mais o jornal e que nos dedicaríamos exclusivamente às discussões sobre a Luz. A própria condução da etnografia foi diretamente afetada pelo clima de incerteza que, embora sempre esteve presente, é reificado cada vez que o conflito armado se concretiza. A *guerra* intensifica a *tensão* generalizada que obriga os moradores a reavaliarem o que pode ou não ser feito no território. Na favela, o “mínimo para viver” é atualizado periodicamente.

A busca pela compreensão da violência

Em um dos encontros, a inquietação dos alunos era ainda maior do que o usual. Conversas sussurradas, caminhadas apressadas pelos corredores, atenção redobrada ao celular. Um garoto, Frederico, de 13 anos, cabelo raspado, negro de pele clara e bochechas que faziam com que parecesse mais novo do que realmente era, me disse, em voz baixa, que um rapaz que não tinha envolvimento com o tráfico havia sido assassinado na *guerra*. Perguntei a Fred se ele sabia a motivação que teriam para isso, e ele respondeu que o menino foi morto por ter escrito uma postagem no Facebook queixando-se do conflito que se instaurava na comunidade. Passados alguns minutos, uma garota disse que o rapaz assassinado era seu amigo e que tinha sido morto ao chegar na padaria para trabalhar. Essa morte parecia ter gerado efeitos distintos das outras. Era um “menino bom”, um *trabalhador* que tinha sido covardemente executado de manhã cedo, chegando ao local de trabalho. O “erro” era pequeno demais, ele *não merecia*.

Tanto esse caso quanto o da jovem torturada na praça foram situações concretas de violência extrema direcionada a moradores que não estavam diretamente imersos nas gangues. Ainda assim, eles pareciam ser assimilados pela comunidade de forma geral de maneiras distintas e contar com efeitos também distintos. O

caso da menina que foi torturada devido à suspeita de que ela estaria passando informações para gangues rivais (ou de que ela teria se relacionado com jovens de diferentes grupos, ou de que teria feito denúncias à PM), embora certamente tenha gerado discordâncias ou revolta, era, de alguma maneira, *compreensível* (“ela apronta, fala o que não deve, usa droga, fica pra lá e pra cá”). O segundo caso era diferente: o menino que foi morto era reconhecidamente um *trabalhador* e seu “erro” era pontual e visto como pouco significativo. Essa morte tinha gerado uma comoção maior, os rostos dos adolescentes demonstravam uma perplexidade, um esforço de compreensão do que tinha acontecido. A dificuldade de entendimento da morte violenta contribui para o caráter intolerável que algumas mortes adquirem⁶⁵ e, nesse caso, nem a vítima, nem a motivação, nem a situação pareciam condizer com a gravidade da punição que a esse jovem fora imposta. Foi principalmente a partir desse momento que emergiu a insegurança dos alunos em relação à publicação do jornal. Se os *meninos* mataram um *trabalhador* por ter feito comentários sobre a *guerra* nas redes sociais, estudantes que mencionassem o *crime* e seu funcionamento em um jornal (ainda que profundamente amador e de circulação reduzida) poderiam também passar a ser alvos de violência.

A morte do jovem trabalhador e a tortura da garota que “aprontava” se somavam a outros tantos episódios de violência com os quais estive em contato na etnografia e na minha experiência anterior no Morro da Luz e evidenciavam uma classificação subentendida de mortes mais ou menos toleráveis.⁶⁶ Foi essa percepção, juntamente à noção socialmente compartilhada pelos moradores e trabalhadores da comunidade de que a vida na Luz é análoga à vivência de uma guerra, que me levaram a lançar mão das teorizações de Judith Butler sobre as diferenças de valores entre vidas em contextos de conflito armado.

Butler⁶⁷ toma a guerra – em especial as perpetradas pelos Estados Unidos contra o Iraque e o Afeganistão após os ataques de 11 de setembro de 2001 – como fonte de suas teorizações. A autora busca compreender por que algumas mortes são passíveis de luto enquanto outras parecem não ser (no caso, as mortes enlutadas eram as dos cidadãos estadunidenses mortos em decorrência dos atentados e, posteriormente, a dos mortos em combate; e as mortes que não eram passíveis de luto eram as dos cidadãos iraquianos e afegãos mortos nas guerras devido a ataques norte-americanos). A característica precária de nossas vidas é invariável e sua superação por completo é impossível, defende Butler. No entanto, dinâmicas sociais e políticas se articulam e fazem com que essa precariedade seja minimizada para parte da população e seja maximizada para a outra parte: trata-se da condição precária, ou seja, “a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam

65 Gayol e Kessler (2018).

66 Id. *ibid.*

67 Butler (2006, 2015).

expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte”.⁶⁸ As diferenças de vulnerabilidade de vidas têm efeitos nos tipos e intensidades das emoções suscitadas diante de cada morte – quando morre alguém cuja vida é considerada destrutível, as reações podem ser de indiferença ou até mesmo de satisfação, mas quando morre uma vida que “merecia ser vivida”, o horror, a tristeza e a indignação possibilitam o luto e não raramente produzem uma comoção, o que, por sua vez, conta com significativo potencial político.

A condição compartilhada de precariedade significa que o corpo é constitutivamente social e interdependente, concepção claramente confirmada de diferentes maneiras tanto por Hobbes quanto por Hegel. Todavia, precisamente porque cada corpo se encontra potencialmente ameaçado por outros corpos que são, por definição, igualmente precários, produzem-se formas de dominação. Essa máxima hegeliana assume significados específicos nas condições bélicas contemporâneas: a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza a morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’.⁶⁹

Butler destaca que a produção e exacerbação das diferenças de vulnerabilidade é parte fundamental das táticas de guerra. A produção de vidas mais ou menos importantes está no cerne das dinâmicas bélicas. Em contextos de confronto violento, algumas pessoas são construídas como não humanas, como seres que, ainda que vivos, não são exatamente vidas e cujas mortes, portanto, são impassíveis de luto, de choro, de horror. A autora defende que existe uma diferença entre apreensão e reconhecimento e postula que nem tudo o que é apreendido é reconhecido, uma vez que a apreensão seria “uma forma de conhecimento” e

68 Id. (2015, p. 46).

69 Id. *ibid.*, p. 53.

estaria “associada com o sentir e o perceber, mas de maneiras que não são sempre – ou ainda não são – formas conceituais de conhecimento”.⁷⁰ A apreensão, então, precede o reconhecimento e é, para este, necessária condição prévia. O ato de reconhecer alguém que já foi apreendido anteriormente envolveria dois sujeitos, dialeticamente. Ser reconhecido ou reconhecer o outro não é algo, então, inerente ao indivíduo. Para que a apreensão (eu vejo, sinto, percebo, apreendo o outro) se transforme em reconhecimento (eu reconheço uma vida no outro) é preciso que antes haja o que Butler denomina de “condição de ser reconhecido” (o sujeito precisa estar minimamente associado a uma série de normas).

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática, ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos. Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível o ato do reconhecimento propriamente dito. Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento.⁷¹

Assim, para que se dê o reconhecimento é preciso que uma vida seja “inteligível *como uma vida*”. Da mesma forma, portanto, que “as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas”.⁷² A inteligibilidade é então “entendida como o esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível”⁷³ que constroem as normas e que determinam os enquadramentos (*framings*) através dos quais uma vida pode ser reconhecida enquanto tal.

Mortes diferentes, emoções diferentes

Butler argumenta que alguns seres são vivos, mas não são considerados vidas. Em contextos de guerra, a desumanização do outro é tanta que ele já é

⁷⁰ Id. *ibid.*, p. 18.

⁷¹ Id. *ibid.*, p. 18-19.

⁷² Id. *ibid.*, p. 21, ênfase no original.

⁷³ Id. *ibid.*, p. 21.

morto, mesmo quando ainda vive. Sendo assim, sua morte não pode ser lamentada. Essa impossibilidade do luto foi perfeitamente ilustrada por Caio, que me relatou um episódio em que, em meio a um período de conflito entre gangues, um jovem de um determinado grupo tinha sido morto por membros do grupo rival e a ideia que circulava na comunidade era a de que o falecido era dotado de uma perversidade assustadora. No velório desse jovem, membros da gangue rival compareceram e atiraram no caixão, tornando concreta e literal a impossibilidade do lamento e do choro diante de sua morte. Sobre os processos que tornam esse tipo de situação socialmente possível, Butler postula que:

Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais sujeitos são reconhecidos.⁷⁴

No trecho acima, a autora relaciona a produção de normas aos enquadramentos através dos quais classificamos pessoas que podem ser consideradas sujeitos e as que não podem. O jovem cujo caixão foi alvejado tinha uma imagem, especialmente para os membros da gangue rival àquela à qual ele pertencia, destituída de humanidade. Ele não era *gente*, era *coisa*, e é isso o que vai fazer com que sua morte não seja passível de luto. O enquadramento que delineia quem é considerado uma vida possivelmente não o comportava. Ele era, infiro a partir da fala de Caio, um *bandido* que não sabia ser *bandido*, que não agiu conforme o esperado e cuja morte, portanto, não poderia ser chorada. Por outro lado, o garoto que foi morto por ter criticado a situação dos enfrentamentos entre gangues nas redes sociais parecia ser visto como uma “boa pessoa”. Ele sim era sujeito e é por isso que esse caso gerou mais espanto e indignação do que muitos outros. As normas que constituem os enquadramentos a partir dos quais as pessoas são classificadas o colocavam em uma posição de alguém cuja vida era merecedora de valor.

Esses fenômenos e essa classificação social entre mortes e vidas mais ou menos importantes tornaram-se, especialmente a partir do estouro da *guerra de gangues* de 2017, parte importante da pesquisa. É também a partir da noção de normatividade enquanto produtora de enquadramentos através dos quais a realidade é lida que enxergo meu tema de pesquisa e busco, então, compreender quais as normatividades atuantes no Morro da Luz e a forma com que as relações, subjetividades e práticas cotidianas dos sujeitos que ali residem são por elas regidas.

74 Id. *ibid.*, p. 17.

O caso empírico que serve como base para o presente livro é obviamente distinto do analisado por Butler: não se trata de uma guerra entre nações, então a origem nacional e fatores a ela relacionados não são o centro da discussão. No entanto, o que este capítulo pretendeu afirmar é que o diálogo com a teoria de Butler faz sentido por dois motivos primordiais: 1) aqui também a realidade é vista como análoga à de uma *guerra* – o cotidiano se divide em momentos de trégua e momentos de conflito armado e a tensão é constantemente reificada por uma atualização do medo através de diversos empreendimentos, como o dos tiroteios sem vítimas; e 2) também aqui existe uma desigualdade socialmente criada e compartilhada entre vidas mais ou menos importantes, e essa desigualdade, assim como nas guerras por Butler analisadas, tem impacto no cotidiano dos sujeitos e pode, em alguma medida, explicar porque a violência e, no limite, a morte, incide sobre algumas pessoas e não sobre outras.